



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1743, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado de Meio Ambiente.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, medidas para controle e prevenção do desmatamento ilegal na Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, medidas para controle e prevenção do desmatamento ilegal na Amazônia.

Nesses termos, requisita-se:

1. Informar as medidas adotadas para conter o desmatamento, inclusive por meio de fiscalização ambiental e multas decorrentes.
2. Informar as ações, estratégias e orçamento previsto para conter o desmatamento nos próximos meses, considerando as taxas crescentes de alertas emitidos pelo INPE.
3. Apresentar quadro comparativo com quantitativo (incluindo valores em reais), de multas emitidas desde 2012 pelos órgãos federais contra atividades de desmatamento, sobretudo a partir das ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).



SF/21781.45872-64 (LexEdit)

Especificar e agregar no quadro comparativo as multas emitidas para cada um dos biomas.

4. Apresentar o motivo pelo qual foram descontinuados o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e que diferenciais têm os atuais planos de controle e prevenção do desmatamento, em relação aos planos descontinuados.

## JUSTIFICAÇÃO

O ponto mais crítico hoje observado nas políticas públicas ambientais é a precariedade do controle do desmatamento na Amazônia Legal. Isso é resultado do desmonte da estrutura institucional que, com grande efetividade, diminuiu em 82% as taxas de desmatamento entre 2004 e 2012, sobretudo por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado). Esses planos de controle do desmatamento foram descontinuados pelo atual governo federal e substituídos por planos que, até o momento, não obtiveram sucesso, provavelmente porque não é esse o objetivo da administração federal, conforme tem sido amplamente noticiado pela imprensa, com base nos alertas de desmatamento emitidos pelos órgãos competentes, apontando recordes nas taxas de desmatamento dos últimos anos.

As políticas de comando e controle praticamente inexistem, e os desmatadores mantêm suas atividades confiantes na impunidade diante de um sistema fiscalizatório inoperante. Há muitos relatos, inclusive, de punições e ameaças, pela própria direção de órgãos ambientais, a servidores públicos federais que tentem realizar sua competência institucional de fiscalização.

Diante desse grave quadro, que a nosso ver foi criado e é alimentado de forma deliberada pelo atual governo, o Brasil tornou-se um pária nos fóruns internacionais que envolvem a preservação da vegetação nativa, a exemplo da Convenção sobre Diversidade Biológica e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Ainda, como resultado do fracasso no controle do desmatamento, o Brasil sofre represálias dos Estados Unidos e da União Europeia, prejudicando a possibilidade de importantes acordos comerciais em momento de grande fragilidade social, quando se faz urgente a recuperação da atividade econômica.

Também, conforme dados do sistema de alertas do INPE, o DETER, publicados na plataforma Terra Brasilis, o desmatamento acumulado até o mês de junho é o maior, desde 2015, ano de início dos dados disponíveis na plataforma. De acordo com dados apresentados pelo Instituto Socioambiental, o desmatamento acumulado de 2021 já é o maior dos últimos 12 anos.

Este Requerimento solicita informações ao Ministro de Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, para que preste contas ao Congresso Nacional sobre as medidas efetivas para o controle do desmatamento. Peço o apoio das Senadoras e dos Senadores para aprovar esta matéria.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2021.

**Senador Jaques Wagner**  
**(PT - BA)**  
**Presidente da Comissão de Meio Ambiente**

